

O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DE CAPITAL PRIMÁRIO-EXPORTADOR E A REPRODUÇÃO AMPLIADA DA DEPENDÊNCIA

Diogo Eduardo Moysés Carvalho dos Santos¹

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo apresentar a trajetória da constituição do padrão dominante de reprodução de capital no Brasil, na atualidade. A partir das contribuições da categoria “padrão de reprodução de capital”, elaborada nos marcos da Teoria Marxista da Dependência, e também possuindo como base as considerações de debates específicos sobre o neoliberalismo dentro do campo marxista, esta comunicação expõe a estruturação de um novo padrão primário-exportador de especialização produtiva no capitalismo brasileiro. Decorrente das pesquisas para a Tese em desenvolvimento neste Programa, o propósito deste trabalho é apresentar alguns elementos do modo dominante de reprodução de capital no país, bem como elucidar as consequências políticas e econômicas derivadas deste processo, notadamente a partir da década de 2000. Entende-se neste trabalho que as determinações econômicas não sobredeterminam, sem contradições, a totalidade da formação econômico-social brasileira. Tampouco que o campo econômico constitui uma esfera separada das demais dimensões da realidade. Desta forma, realiza-se uma análise que busca compreender as transformações nas relações sociais de produção como movimentos contraditórios constantes, que influenciam e são influenciados pela dinâmica das lutas entre as classes. Aprender as determinações do novo padrão de reprodução de capital primário-exportador subordina-se, portanto, à compreensão das imbricações mútuas das diversas dimensões da totalidade, que, no limite, aprofundam as condições de dependência e de subdesenvolvimento do país. O breve esforço desta comunicação tem por objetivo analisar as relações entre as transformações estruturais na produção econômica e as mudanças nos blocos de poder, buscando identificar, especificamente, como se expressam as pautas econômicas e o poder político das frações da burguesia brasileira ligadas ao setor agroindustrial. Em linhas gerais, compreender a influência do novo padrão de reprodução de capital na configuração das classes dominantes e das lutas sociais em curso, bem como a influência destas nas formas de reprodução da vida no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência; padrão de reprodução do capital; dependência; agroindústria; Brasil.

¹ Doutorando do PPGHE/USP, Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Ensino Básico da rede pública.

Assimilar a trajetória de desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil no tempo presente, com a percepção das variadas nuances e derivações, exige debater esse movimento histórico a partir de uma observação fundamental: o país deve ser compreendido como elemento central no conjunto de países da América Latina e do Caribe. Em outras palavras, se faz necessário realizar uma análise que parta de uma perspectiva que enquadre o Brasil como um ator que tem seus destinos definidos de forma integrada com seus vizinhos de fronteira e de formação histórica. Debater o processo histórico brasileiro, portanto, é também entender as influências e tendências daquilo que molda o continente latino-americano, respeitando, evidentemente, as particularidades de cada formação econômico-social da região.

A formação econômico-social brasileira tem sua dinâmica profundamente atrelada à divisão internacional do trabalho da fase imperialista do sistema do capital. O Brasil faz parte de um conjunto de países que teve e tem o seu desenvolvimento determinado por um sistema mundial hierarquicamente diferenciado. Em que pesem os condicionantes e as necessidades internas de cada formação econômico-social latino-americana – e antes mesmo de debater as peculiaridades da expressão histórica do capitalismo no Brasil contemporâneo – é preciso compreender de que forma se estruturam os atuais padrões de acumulação de capital na periferia do sistema capitalista. Assim, se faz necessário entender como o padrão de reprodução do capital operado na América Latina e no Caribe nas últimas décadas, que privilegia os setores primário-exportadores, é dialeticamente determinado pela totalidade da organização do sistema capitalista contemporâneo.

O atual processo de reprodução do capital na região teve origem na segunda metade do século XX, no contexto de expansão dos movimentos de financeirização da economia mundial e de avanço das relações estruturadas pelo neoliberalismo. Neoliberalismo que não pode ser considerado como apenas um conjunto de políticas adotadas em cada país em determinadas conjunturas ou como o manejo de instrumentos de políticas econômicas localizadas. O neoliberalismo deve ser entendido como a forma pela qual o capital se reproduz no tempo presente, uma etapa atual do capitalismo em sua fase imperialista. É necessário, portanto, um entendimento conjunto dos movimentos de desenvolvimento do capitalismo – desenvolvimento no sentido de processualidade histórica, não de avanço – em nível global nas últimas décadas, em busca de compreender como se dão a partir do centro e como são dialeticamente incorporados pela periferia.

Seguindo a proposição de autores como Jaime Osório, influenciado pelas formulações originais de Ruy Mauro Marini, no campo da Teoria Marxista da Dependência (TMD), neste artigo defende-se a perspectiva de que se opera no Brasil, na passagem do século XX para o XXI, uma dinâmica específica de produção e de reprodução do capital, determinada pelos movimentos globais do capital na etapa neoliberal. Na esteira da profunda crise do modelo de diversificação industrial para o mercado interno, ocorrida a partir dos anos 1970, expandiu-se no país, nas últimas décadas, uma forma de acumulação baseada em um padrão exportador de reprodução do capital, no qual predomina um caráter de especializa-

ção produtiva primário-exportadora. Neste entendimento, advoga-se que, em detrimento de experiências mais ou menos autônomas de diversificação econômica e de expansão industrial desenvolvidas em países do continente ao longo do século XX, como Brasil, Argentina e México, ocorreu a retomada, em novas condições, de um modelo de reprodução de capital que não é inédito na história latino-americana: um padrão de acumulação lastreado majoritariamente na exportação de produtos da cadeia agrícola, agroindustrial e extrativista mineral.²

Tendo esses pontos em vista, este artigo será apresentado na seguinte ordenação. Primeiramente, são realizadas considerações sobre a fase atual do sistema capitalista, de expansão das relações neoliberais e da constituição destas como a forma de reprodução do capital na atualidade. Assim, realiza-se a caracterização do capitalismo em sua fase de predominância dos processos de financeirização e de expansão dos capitais fictícios, especialmente a partir da década de 1970. Em seguida, o capítulo segue para o debate da categoria padrão de reprodução de capital. Busca-se apreender as contribuições – e os limites – dessa categoria para o entendimento das regularidades do movimento do capital nas experiências históricas concretas, a partir de um panorama sobre a América Latina. Por fim, o trabalho é concluído com a caracterização e com o debate sobre o padrão específico de acumulação capitalista operado no Brasil, bem como em parte dos países do continente, nas primeiras décadas do século XXI: um padrão baseado na especialização produtiva, com a predominância de atividades primárias voltadas para a negociação no mercado internacional. Essa análise de uma especialização primário-exportadora tem como objetivo a categorização de uma tendência para as décadas neoliberais, mas sem homogeneizar ou monopolizar a avaliação sobre o comportamento da acumulação no país. A apreensão das determinações do novo padrão auxiliaria a demonstrar a primazia do “agronegócio”³ em uma nova

2 Importante salientar que afirmar a conformação de um novo padrão primário-exportador de reprodução do capital não significa declarar que esse padrão se dissocia das diversas formas contemporâneas de existência do capital. Assim como afirmar a atualização de determinado padrão, que se expressa de forma semelhante à longa experiência histórica do capitalismo no país, não significa anunciar que há uma reversão nas relações sociais de produção do país, uma espécie de eterno-retorno a um estágio imutável e inalterado. A predominância da produção primária voltada para o mercado mundial no tempo presente não deve levar à conclusão de que se constituem e são monopolizadores os capitais ligados diretamente à produção primária. A conformação do novo padrão primário-exportador está intimamente associada às formas financeirizadas e de capital fictício. A terra, em suas variadas possibilidades de extração de renda, se tornou nas últimas décadas um importante ativo financeiro, um espaço privilegiado para transformação de capitais fictícios em capital real. Processo semelhante que pode ser observado no comportamento das commodities produzidas e exportadas pelo Brasil nos últimos anos, que são mercadorias com preços definidos em bolsas de mercados futuros e espaço rico para especulação financeira. Grãos, carnes, minérios e seus derivados são como fichas que circulam no cassino do mercado mundial. E o agronegócio é o setor que articula os capitais ligados à produção primária com aquelas formas financeiras de acumulação e reprodução de capital.

3 O sentido de agronegócio ultrapassa uma simples descrição técnica de um setor econômico. Criado para identificar o processo de união entre agricultura e indústria, o conceito passou por transformações que acompanharam as reconfigurações da agroindústria capitalista, no século XX. Primeiramente, o termo pode ser compreendido como um construto político-ideológico empregado pelo empresariado rural, em busca de gerar uma identidade e uma unidade para a multiplicidade de atores envolvidos no sistema agroindustrial. Neste artigo, para além da caracterização ideológica ou da simples descrição técnica,

chave, imbricado de forma carnal com a financeirização e as modalidades de capital fictício. Serão observadas as determinações deste padrão, que contribuem para a estruturação da luta de classes no Brasil das últimas décadas e dão peso para as disputas entre as frações da burguesia brasileira.

Com estas delimitações pretende-se observar como configuram-se formas de organização reprodutiva do capital que atualizam, sob novas condições, o padrão predominante na história latino-americana e em grande parte da trajetória de expansão capitalista no continente: o reforço de um modelo de desenvolvimento dependente, que tem por consequência a acentuação dos processos de subdesenvolvimento e de superexploração nos países latino-americanos.

Apesar do discurso oficial que exalta a fortaleza dos números das exportações do setor primário nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 2000 – da massiva participação no PIB dos setores do “agronegócio”, considerados como fundamentais na estrutura dos países dependentes – o que se observa como consequência do padrão de especialização produtiva primário-exportador é uma deterioração das condições de trabalho e da vida dos trabalhadores. Tal modalidade de especialização tende a preterir as necessidades da maioria da população aos interesses dos setores de comércio exterior, centralizado por monopólios internos e externos, que concentram sua produção na exportação de grãos (soja, milho, trigo), carnes e demais produtos derivados da agroindústria exportadora.

O neoliberalismo: forma de reprodução do capital da etapa contemporânea do imperialismo

Muitas análises informam que o capitalismo teria entrado em uma nova fase a partir dos anos 1970 e 1980, devido às mudanças substanciais nas formas de organização e funcionamento do sistema, distintas da fase anterior, iniciada após a Segunda Guerra⁴. Tais mudanças teriam sido derivadas de uma crise estrutural pela qual o capitalismo passou naquele período, abrindo uma temporada de sucessivas crises financeiras e recessões. Originada no centro do sistema, especialmente nos Estados Unidos e na Europa ocidental, e seguida pela periferia, os efeitos mais profundos desse tempo de crises podem ser verificados pela diminuição da rentabilidade do capital e a consequente queda na taxa de lucro, eixos centrais do processo de acumulação capitalista. Como forma de superar esta queda, foram

compreende-se agronegócio conforme caracterizado por Guilherme Delgado. Segundo Delgado, para a realidade brasileira, a categoria agronegócio representa uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, o latifúndio. Essa associação efetua uma estratégia econômica de capital financeiro, buscando o lucro e a renda da terra, em conjunto com políticas de Estado para o setor. Esta compreensão sobre o agronegócio relaciona-se de forma contundente com a especificidade da forma de reprodução capitalista na atual fase neoliberal, com a imbricação dos grandes capitais agroindustriais com os processos de financeirização e de capital fictício.

4 CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel, Uma nova fase do capitalismo? São Paulo, Xamã, 2003.

adotadas medidas que transformaram profundamente o conjunto do sistema. Nesse contexto, pode-se apontar para a predominância, a partir de então, da acumulação de capital em sua forma financeira, com a expansão do capital portador de juros e do capital fictício. Esse movimento deu início a um processo de financeirização do sistema mundial, indicando o início de uma nova fase do capitalismo em sua etapa imperialista.

Além da expansão da financeirização, agrega-se a este processo a adoção de medidas que terão impactos estruturais, como: a desvinculação do dólar ao padrão-ouro e a transformação da moeda estadunidense na referência de todo sistema financeiro; as transformações técnicas e de organização, que contribuirão para uma alta produtividade do capital e elevação da taxa de lucro, índices em queda e motivadores das crises na década de 1970.⁵ Por fim, não é possível deixar de indicar como fator que contribuiu para a expansão da financeirização e da hegemonia do neoliberalismo a crise do bloco socialista, a partir dos anos 1980, culminando com sua desagregação completa no início da década seguinte. Este processo impactará sobremaneira a aplicação e adoção das medidas neoliberais ao redor do globo e pela totalidade do sistema capitalista. Não é possível falar de avanço do neoliberalismo sem compreender a centralidade das lutas de classes nos movimentos de expansão ou de recuo desta nova etapa, e a derrubada da União Soviética e de seu bloco de influência é representativa deste movimento.

A partir da adoção de medidas que alteraram profundamente as relações capitalistas, a partir dos anos 1970, observa-se já na década de 1980 uma reversão na tendência de queda na taxa de lucro e uma recuperação na acumulação.⁶ Sendo assim, cabe indagar os motivos que levaram a essa virada, além dos efeitos dessas mudanças para o sistema mundial como um todo. Entender tais transformações é essencial para compreender como se estabeleceu essa que pode ser caracterizada como uma nova fase do capitalismo na etapa imperialista, a forma neoliberal de reprodução do capital.

Inicialmente, é importante começar definindo o que o neoliberalismo não é. Ou seja, é preciso indicar que o neoliberalismo não deve ser caracterizado apenas como um conjunto de políticas implementadas por determinados governos, um agregado de políticas econômicas aplicadas pontualmente com o intuito de resolver, de maneira circunstancial, a queda da rentabilidade do capital. Ao contrário, o neoliberalismo, deve ser compreendido como a forma de reprodução do capital na etapa atual do capitalismo, com particularidades que estruturarão a acumulação daquele momento em diante. Os marcos da nova etapa que se estrutura a partir daquela década são: a expansão da financeirização e do capital fic-

5 CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel, op. cit.

6 Idem.

tício, a sucessão de crises e ajustes permanentes, além de uma nova fase de hegemonia das finanças,⁷ especialmente das frações do capital financeiro dominante nos Estados Unidos.⁸

O período pós 1970, avançando pelos anos 1980, época de expansão acentuada das relações neoliberais, se define por uma orientação que tem como eixo o aumento da exploração para recuperar a taxa de lucro. Ao invés de se caracterizar como um momento de estabilidade, devido à recuperação da rentabilidade do capital, esse novo período será marcado pela normalidade da sucessão das crises. Portanto, nesta etapa serão aplicadas medidas de ajuste que se caracterizarão não pela transitoriedade ou pela adoção em circunstâncias específicas, mas por serem um “ajuste permanente”.⁹ O que se busca de forma incessante nessa nova etapa é dar resposta às crescentes dificuldades de valorização que desembocaram na grave crise do período anterior. Sendo assim, a profundidade e a extensão da crise impedem de considerá-la um fenômeno cíclico ou conjuntural. A crise vai se apresentar como uma normalidade. Assim, serão buscadas medidas que visam, por exemplo, a constante desvalorização da força de trabalho, objetivando a recomposição das condições que permitam a valorização do capital. Este é o sentido das políticas que se impõem em praticamente todos os países do mundo a partir da década de 1980: um ajuste permanente, guiado pelas frações do capital financeiro dominante.

Ainda que os diversos governos apresentem os ajustes como política conjuntural ou excepcional, a persistência das políticas de ajuste apresenta um caráter permanente, provocando a situação contraditória de um ajuste que permanece no tempo indefinidamente. Afinal, um ajuste deve ser entendido como algo excepcional e transitório, que busca dar resolução a alguma circunstância pontual. As exigências de redução dos gastos sociais por parte dos Estados, a redução ou a extinção de políticas de seguridade trabalhista e previdenciária, a limitação de direitos de forma generalizada, a liberdade comercial e financeira sem a regulamentação estatal não são tomadas como medidas transitórias, apesar dos discursos oficiais, mas são políticas que estão na agenda dos setores centrais do grande capital internacional há mais de trinta anos. Isto pode ser observado nas determinações de organismos que centralizam e impõem tais políticas, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

As contrarreformas neoliberais, que vão se expressar de forma radical na América Latina entre as décadas de 1980 e 1990, de forma geral, apresentam as seguintes caracte-

7 As décadas finais do século XIX e do século XX tem por semelhança a substituição de um período de diminuição da rentabilidade do capital e de redução do crescimento por um período de restabelecimento tanto da rentabilidade quanto do crescimento. Ambos períodos, que foram precedidos por crises estruturais, tiveram sua recuperação, segundo Duménil e Lévy, determinadas pela expansão de mecanismos monetários e financeiros e das rendas financeiras, coincidindo com períodos de hegemonia da finança. Assim, os setores que concentram capitais monetários e financeiros passaram a fixar as regras do jogo econômico, definindo políticas macroeconômicas, de renda, de emprego. (DUMÉNIL e LÉVY, 2003, p.31).

8 MONTORO, Xabier Arrizabalo, *Capitalismo y Economía Mundial*, Madrid, Instituto Marxista de Economía, 2014.

9 Idem, p. 370

rísticas: a realização radical de privatizações de empresas e serviços públicos; a desregulamentação das relações que mediam os conflitos entre o capital e o trabalho; a abertura comercial e financeira irrestrita, sem controle estatal.¹⁰ Essas medidas são o núcleo duro de reformas que visam abrir espaço para a retomada da rentabilidade da acumulação capitalista. Entretanto, é preciso ressaltar que o ritmo, a intensidade e a aplicação das medidas de retiradas de direitos e garantias serão dadas pela intensidade dos conflitos sociais e pela dinâmica das lutas entre as classes, traço inerente à reprodução capitalista. Não é por acaso que as medidas de implementação das práticas neoliberais se darão, em um primeiro momento, sob ditaduras abertas e ultraviolentas, como no caso mais emblemático, o do Chile, em 1973, que em apenas seis meses desmantelou por completo o sistema previdenciário do país. Mas não apenas naquele país, como também no Uruguai (1975) e na Argentina (1976), que foram laboratórios da aplicação radical das medidas de desregulamentação exigidas pelas frações do grande capital financeiro na etapa neoliberal.

A financeirização, marco da forma de reprodução do capital na fase neoliberal, precisa ser compreendida detalhadamente, para entender como esta se expressa no padrão de reprodução do capital de especialização primário-exportadora do início do século XXI. A definição da financeirização pode ser entendida conforme os apontamentos de alguns autores. Conforme demonstrado por Lênin, no paradigmático *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*,¹¹ a fusão entre os capitais bancários e industriais, forjando o capital financeiro e estruturando-o como forma predominante, é um processo que ocorre desde finais do século XIX. Já o processo de financeirização contemporâneo, de acordo com Lapa-vitsas, representa uma transformação estrutural e sistêmica das economias capitalistas maduras. Uma mudança da economia, que é direcionada para o setor financeiro. Trata-se de uma mudança de rumo que gera uma autonomia do setor frente aos demais. Além de ser entendida como uma autonomização do próprio setor financeiro, a financeirização é reconhecida por Duménil e Lévy, além de Chesnais, como a predominância econômica do setor financeiro – especialmente dos bancos – frente aos demais setores. Por outro lado, Callinicos, apresenta uma definição particular do processo: “financeirização significa a maior autonomia do setor financeiro, a proliferação de instituições e instrumentos financeiros, bem como a integração de uma ampla gama de agentes econômicos nos mercados financeiros”.¹²

De acordo com esta perspectiva, tem-se não somente uma maior simbiose entre o setor financeiro e o capital industrial e comercial, mas, o que é mais expressivo, um aumento desproporcional da esfera financeira diante das demais. O predomínio da lógica financeira e especulativa sobre a da produção resvala em uma concorrência mais acirrada entre os capitais, com uma contradição mais profunda entre a produção e a apropriação do valor. A valorização financeira, ao assumir prioridade em relação à produção, ainda que

10 MONTORO, op. cit.

11 LENIN, Vladimir Ilitch, *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular*. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

12 CALLINICOS, Alex, *Bonfire of illusions*. Cambridge, Polity Press, 2010.

dependa dela, acarreta uma fragilidade estrutural ao sistema mundial.¹³ É a partir dessa proposição que se sustenta a necessidade da compreensão das implicações da simbiose que ocorre entre as frações financeirizadas do capital com os setores ligados aos capitais da agroindústria, conformando o setor do “agronegócio”. A análise do “agronegócio” – forma dominante da agricultura capitalista na contemporaneidade – ganha importância, portanto, pelo setor expressar os interesses dos capitais que, de variadas formas, extraem valor da terra, além de se fundirem no sentido do processo de financeirização, conforme a definição de Callinicos: autonomia e integração de diversos agentes no mercado financeiro.

Realizada essa breve exposição da forma capitalista da contemporaneidade, em sua fase neoliberal, passa-se para a exposição da importância da categoria padrão de reprodução de capital. Suas contribuições para, em um nível mais concreto de análise, a compreensão da expressão concreta do capitalismo na formação econômico-social brasileira e latino-americana.

A categoria Padrão de Reprodução de Capital

A categoria padrão de reprodução de capital tem como função auxiliar na compreensão das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços territoriais determinados. Ao contrário de outras abordagens sistêmicas que buscam analisar os movimentos do capital no tempo e no espaço, como a economia política do sistema-mundo, a categoria padrão de reprodução adota como proposta teórica central a teoria do valor de Marx. A categoria é uma construção teórica de Jaime Osório, elaborada a partir das análises prévias realizadas por Ruy Mauro Marini, no âmbito das formulações da Teoria Marxista da Dependência.¹⁴

Para analisar os ciclos do capital e os processos de reprodução em contextos históricos concretos, a categoria padrão de reprodução de capital apresenta uma abordagem na qual a luta de classes é elemento fundamental. Combinando os aportes sobre os ciclos do capital e os esquemas de reprodução elaborados por Marx, essa categoria estabelece medi-

13 AMARAL, Marisa; FILHO, Niemeyer Almeida; RAPOSO, Bruna Ferraz, “Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado”, em: XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2018, Niterói. Anais, 2018.

14 É um problema teórico e metodológico fundamental de uma pesquisa que parte da Teoria Marxista da Dependência desvendar os elementos que tornam possíveis que as mudanças nos centros do imperialismo propiciem mudanças nas economias dependentes. Bem como, por outro lado, entender as maneiras que as transformações nas economias dependentes repercutem no centro do sistema. A observação da complexidade desta dialética tem por objetivo evitar mecanicismos que empobreceriam as possíveis conclusões. Por exemplo, supor que bastaria conhecer os movimentos das economias imperialistas para entender automaticamente o conjunto do sistema mundial capitalista e as determinações diretas sobre a periferia do sistema. E, em sentido oposto, restringir o estudo à dinâmica das economias dependentes e tomá-las como absolutamente autônomas aos movimentos gerais do capital. Portanto, se pretende ressaltar com esta advertência que a busca por tendências e aspectos gerais não pressupõe a ausência de percepção das particularidades; assim como nem a compreensão das especificidades levam à inferência de que não operam determinações gerais.

ações entre os níveis mais gerais de análise, como modo de produção capitalista, e os níveis mais concretos de observação, como os problemas da economia e da vida dos trabalhadores na periferia do sistema. Assim, a categoria padrão de reprodução de capital fornece uma ferramenta analítica que possibilita transitar entre níveis distintos de observação, como o exame das tendências que condicionam o capitalismo dependente e as particularidades dos países subordinados nas relações imperialistas. A contribuição principal desta categoria é a articulação da análise de padrões de movimento do capital com o exame do padrão de uma formação econômico-social concreta.

Dessa forma, a categoria padrão de reprodução do capital corresponde a uma leitura dos esquemas de reprodução e do estudo dos ciclos do capital em Marx, coadunados com a observação da trajetória de desenvolvimento do capitalismo latino-americano, destacando as suas especificidades e os padrões históricos de reprodução. Os padrões que se manifestaram historicamente no continente latino-americano, entremeados por períodos de transição, se deram nas seguintes formas dominantes: o padrão agromineiro exportador, especialmente entre meados do século XIX e as décadas iniciais do século XX; o padrão industrial e suas subfases (substituição de importações e diversificação industrial), processo efetuado em boa parte dos países do continente, entre os anos 1930 e 1970; e o novo padrão de especialização produtiva, primário-exportador, constituído a partir da década de 1980 e que se estende até o presente, na esteira da crise capitalista dos anos 1960-1970, da conformação da expansão dos processos de financeirização e de estabelecimento do neoliberalismo.¹⁵

As relações que propiciam a reprodução de capital não são processos únicos e lineares. A reprodução ocorre de formas diversas nos diferentes processos históricos, se readaptando às transformações no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção de acordo com os eixos de acumulação estabelecidos em cada etapa do desenvolvimento capitalista. A relevância de se observar os padrões de acumulação de capital está na possibilidade de fundamentar historicamente como ocorre a produção e a reprodução do capital em cada contexto histórico, bem como traçar diferenças entre os padrões que se estabelecem e que se tornam hegemônicos ao longo do tempo. O benefício de fornecer base histórica para os mecanismos de reprodução de capital, sem tomá-los como derivações naturais e automáticas dos processos produtivos, está em evidenciar as circunstâncias que possibilitam a constituição, o auge e o declínio dos padrões, bem como demarcar as transições entre eles. O que, em última instância, favorece a análise de como determinados padrões tornam-se dominantes enquanto outros se esgotam, em determinadas épocas.¹⁶

15 OSÓRIO, Jaime, América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva. Estudo de cinco economias da região, em: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime (orgs), Padrão de reprodução do capital, São Paulo, Boitempo, p.103-133, 2012.

16 Idem

A metodologia de historicização do padrão de reprodução do capital assume duas dimensões de análise, importantes para compreender como se constituem, ascendem e declinam os variados padrões em determinados períodos. O primeiro aspecto desta forma de pesquisa, auxilia na elucidação das razões que geram a necessidade do capital se valorizar assumindo determinadas materializações em valores de uso específicos e em momentos particulares.¹⁷

A segunda dimensão dos benefícios da historicização dos padrões de reprodução do capital refere-se à análise dos processos ligados à origem, ascensão, auge e declínio de determinados padrões, bem como o entendimento das razões para a emergência e o amadurecimento de novos padrões. A análise histórica dos padrões favorece o destaque de que em todos os processos de configuração de padrões específicos de acumulação de capital há motivações tanto econômicas quanto políticas. Os eixos de acumulação que se tornam o padrão em determinados períodos não são processos indeterminados, mas sim a concretização de projetos de classe de específicos setores do capital. Assim como aqueles padrões que se subordinam e perdem espaço também correspondem aos efeitos dos projetos de frações das classes do capital.¹⁸

A relevância da dupla dimensão da análise histórica dos padrões de reprodução do capital está, portanto, em fornecer melhores subsídios para a compreensão da dinâmica dominante nas esferas política e econômica em tempos específicos, além de evidenciar o ritmo e o terreno no qual se desenvolvem os conflitos entre as classes e as frações da classe dominante.

Realizada essa abordagem teórica das contribuições da categoria padrão de reprodução de capital, será observado a seguir quais as características do padrão de reprodução de capital no Brasil das primeiras décadas do século XXI, com o estabelecimento de um padrão de reprodução de capital baseado na especialização produtiva, notadamente de especialização primário-exportadora. Será buscado compreender como o país se voltou para este padrão, calcado na produção e exportação de grãos, carnes e minérios, e quais as implicações e envolvimento das disputas políticas nesta composição.

17 No ciclo de valorização, o capital passa por múltiplos processos de transformação, assumindo variadas formas: dinheiro, mercadorias, capital produtivo, capital-mercadoria. Ainda que o capital se metamorfoseie conforme a dinâmica de setores produtivos diferentes, alguns setores, ao longo do tempo, atraem maiores investimentos, na medida em que se organizam em eixos da acumulação e da reprodução do capital. No decorrer do processo histórico de expansão do sistema capitalista, o capital privilegiou diferentes setores ou ramos produtivos como responsáveis pela expansão de seu processo de valorização. Isto ocorreu tanto pelo favorecimento de certos ramos para investimento quanto pela utilização de tecnologias e meios de produção particulares.

18 “Historicizar a reprodução do capital implica compreender as condições que tornam possível o ascenso e o auge de um padrão, assim como seu declínio e crise, ao mesmo tempo em que se consideram os momentos de transição, nos quais um antigo padrão não termina de desaparecer ou constituir-se em padrão subordinado e outro novo não termina de amadurecer ou converter-se em padrão dominante.” (OSÓRIO, op. cit., p. 41)

O padrão de reprodução de capital na contemporaneidade latino-americana e brasileira: o padrão primário-exportador de especialização produtiva

Em 2018, o Brasil se consolidou como o maior exportador de soja do mundo, alcançando a participação de 56% das exportações globais do grão. As negociações com o mercado externo totalizaram US\$ 60 bilhões, ante US\$ 35 bilhões, em 2008. O produto foi o principal gênero de exportação do país naquele ano. Na soma de todos os produtos agrícolas, o Brasil se encontrava na terceira posição no ranking de exportações da Organização Mundial do Comércio (OMC), movimentando US\$ 93 bilhões, ficando atrás apenas do conjunto dos países da União Europeia e dos Estados Unidos.¹⁹ Em 2015, o grupo JBS, monopólio de frigoríficos de processamento de carnes, obteve o terceiro maior faturamento entre as empresas agroalimentares no mundo. No ano seguinte, a JBS encontrava-se na primeira posição entre as empresas processadoras de carne no planeta.²⁰ A recente avalanche de exportações de matérias-primas e alimentos não é um ponto fora da curva nas últimas décadas. Observando a série histórica das exportações de produtos primários é possível perceber um crescimento vertiginoso nos últimos anos. Entre 2002 e 2010, por exemplo, a participação dos produtos primários no valor das exportações brasileiras saltou de 25,2% para 38,5%.²¹

Em 2006, as propriedades rurais com 100 hectares ou mais concentravam 59,2% da receita bruta da produção agropecuária nacional. Em 2017, estas propriedades concentravam 69,7% da receita. A área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários aumentou de 333,7 milhões de hectares, em 2006, para 351,3 milhões em 2017. Há treze anos, 83,2% dos estabelecimentos rurais eram concentrados por pequenas propriedades familiares. Nos dados de 2017, esse número se reduziu para 77%, o que indica uma concentração provocada pelo “agronegócio” e pelas grandes propriedades fundiárias. Nesse mesmo intervalo de tempo, o número de trabalhadores ocupados na agricultura familiar encolheu no país, passando de 12,3 milhões para 10,1 milhões.²²

Cabe aqui indagar quais as condições, tanto em âmbito interno quanto externo, possibilitaram o crescimento da concentração da propriedade da terra e da expansão da exportação de produtos primários. Para além da simples identificação da dinâmica dos dados, o movimento de expansão das exportações das *commodities* e do latifúndio tem impli-

19 JORNAL Valor Econômico (VALOR), Soja ganhou espaço nas exportações agrícolas globais no ano passado. 30 de julho de 2019. Disponível em <https://valor.globo.com/agronegocios/coluna/soja-ganhou-espaco-nas-exportacoes-agricolas-globais-no-ano-passado.ghtml> . Acesso em 06 de outubro 2019.

20 GLASS, Verena; SANTOS, Maureen (orgs.), Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos, Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2018.

21 GONÇALVES, Reinaldo, “Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas”, Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Niterói, n.31, p. 5-30, 2012.

22 BRASIL. Ministério de Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2017, Brasília, 2017. Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/agro/> . Acesso em 28 de outubro 2019.

cações mais profundas. Esse processo se dá em paralelo ao aumento da superexploração da força de trabalho, ao declínio de salários e ao aumento generalizado da pauperização da condição de vida dos trabalhadores. Na mesma medida, acompanha uma devastação ambiental acelerada, com a expansão da produção agrícola sobre reservas florestais e territórios de povos originários. O que se sustenta neste artigo é que o aumento acentuado das exportações primárias sinaliza, em última instância, a própria reprodução da dependência – compreendendo-a como uma modalidade particular do capitalismo e de inserção do continente na acumulação mundial. Nesta ótica, o papel de países como o Brasil na divisão internacional do trabalho é o de favorecer a transferência de valores para os centros imperialistas, não importando os custos sociais e ambientais decorrentes dessa relação assimétrica.

Para além de uma simples atividade extrativista, quando determinados países se utilizam de suas vantagens naturais comparativas, há por trás dessa massiva exportação primária nas primeiras décadas do século XXI a estruturação de uma cadeia global na qual ao Brasil, bem como para parte dos países da América Latina e do Caribe, cabe a função de fornecedores de produtos primários ao mercado mundial. A partir dessa consideração fundamental, a busca pela percepção da lógica interna de reprodução de capital deve levar em consideração que a região faz parte do movimento geral do sistema capitalista, sem existir de forma isolada. A partir da compreensão da região como um núcleo primário-exportador, verifica-se a necessidade de se captar dois movimentos: as decorrências do atual processo mundial de acumulação de capital e as diversas divisões internacionais do trabalho que são geradas, buscando compreender como esses movimentos se articulam com as particularidades da região.

No curso da expansão do sistema capitalista, o papel fundamental que a América Latina e o Caribe desempenharam, da época colonial até a etapa do padrão primário-exportador da atualidade, foi a de ser uma região produtora de alimentos, de matérias-primas e de metais, ainda que por um breve período tenha se processado uma “janela” de industrialização intensiva em alguns países. Na região se sucederam, desde a independência política, três padrões de reprodução de capital, alinhados à divisão internacional do trabalho: o padrão agromineiro exportador, do século XIX ao início do século XX; o padrão industrial, entre as décadas de 1930 e 1970; e o atual padrão de especialização produtiva, de meados dos 1980 até os dias atuais.

Evidentemente, é preciso levar em consideração que os padrões de reprodução do capital não se alternam de forma automática, ocorrendo períodos de transição entre aqueles. Segundo Jaime Osório, os períodos de transição são “momentos em que um padrão não termina de se subordinar e em que o padrão que emerge ainda não domina com clareza”.²³ Sem desconsiderar os aspectos de outros setores da economia e as especificidades de cada formação econômico-social, os períodos de transição se configuram como interregnos

23 OSÓRIO, op. cit., p. 78

entre o padrão-eixo, o padrão dinamizador do processo de reprodução do capital em seu conjunto. Assim, na experiência latino-americana concreta, o período de transição do padrão agromineiro exportador para o padrão industrial esteve articulado com a crise do mercado mundial no período que vai da Primeira Guerra Mundial, passando pela Crise de 1929 e que se estende até a Segunda Guerra Mundial. Isso demandou dos capitais locais a geração de um processo de industrialização como forma de reprodução, padrão predominante entre as décadas de 1930 e 1970, especialmente nos principais países da região, como Brasil, México e Argentina.

Como exposto anteriormente, a América Latina passou por uma grande transformação econômica na segunda metade do século XX, na esteira da crise capitalista da década de 1960, o que proporcionou uma nova divisão internacional do trabalho e a adoção de novas tecnologias. Esse processo se expressou na expansão da financeirização, das formas de capital fictício e de avanço do neoliberalismo. Nesse contexto, pôs-se fim ao projeto de industrialização das economias dos países latino-americanos e iniciou-se um novo padrão de reprodução de capital, agora com um padrão-eixo sustentado na especialização produtiva agroexportadora.

O novo padrão de especialização produtiva apresenta diferenças em relação ao padrão primário-exportador dominante em meados do século XIX e início do século XX, quando países como o Brasil lastrearam a acumulação de capital na exportação de produtos agrícolas, como o café. Agora, há um grau maior de elaboração dos produtos exportados, em parte decorrente do processo de industrialização vivenciado entre as décadas de 1930 e 1970. Exporta-se não apenas os grãos (notadamente soja e milho), mas, no caso das carnes, os produtos transformados nas grandes indústrias frigoríficas. Além disso, observa-se uma imbricação entre os capitais ligados diretamente à produção agroindustrial com as formas financeirizadas do capital, o que é fundamental para a compreensão de como se desenvolve o novo padrão de acumulação. A terra, em suas variadas possibilidades de extração de valor, se tornou nas últimas décadas um importante ativo financeiro, um espaço privilegiado para a transformação de capitais fictícios em capital real.²⁴

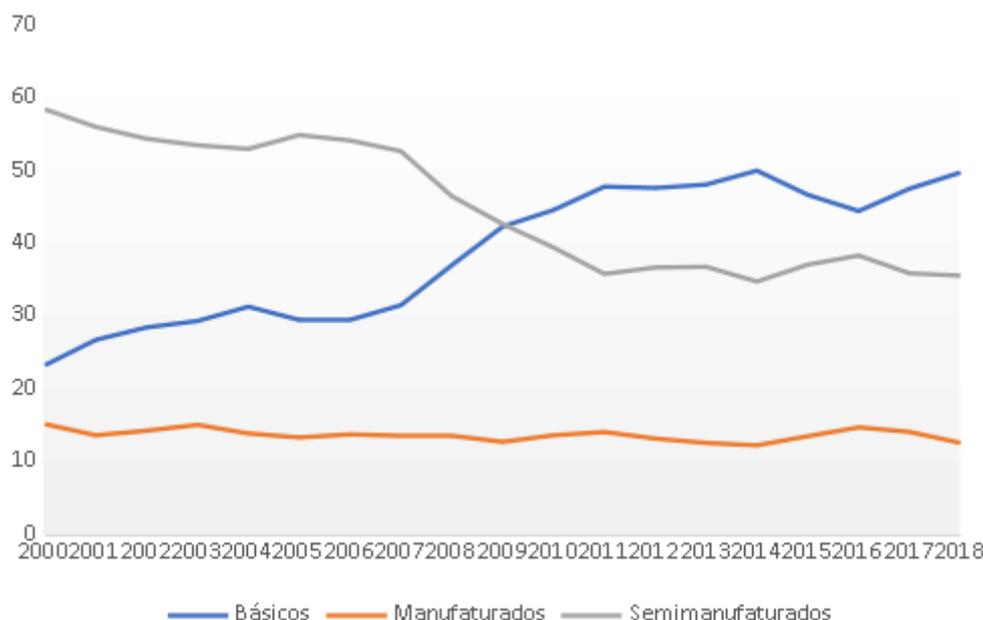
O estabelecimento do novo padrão exportador de especialização produtiva marcou, portanto, o término do padrão industrial como paradigma da acumulação capitalista no Brasil e no continente. O modelo industrializante ocorreu em diversas etapas: internalizada e autônoma, das primeiras décadas do século XX até os anos 1940; e a etapa de integração ao capital estrangeiro, que prevaleceu a partir dos anos 1950 e meados de 1970 nos principais países da região, como Brasil e México. No novo padrão exportador do tempo presente, o que se observa é o desmonte do setor industrial estruturado no período anterior, gerando um reposicionamento deste setor no conjunto da economia, agora subsidiário

24 Guilherme Delgado desenvolve em suas pesquisas a análise da “estratégia de capital financeiro” realizada pelo agronegócio brasileiro nas últimas décadas. DELGADO, Guilherme. *Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

às exportações. O novo padrão propiciou o fim da industrialização como experiência relativamente autônoma e como centro da reprodução do capital. O que permaneceu desse setor foi integrado e subsumido ao novo projeto exportador.

Observa-se, nas últimas décadas, a intensa reprimarização do conjunto da economia brasileira, movimento que alguns autores denominam como um processo de desindustrialização ou de regressão industrial.²⁵ No final da década de 1990 e início dos anos 2000, período de ascensão dos preços das *commodities* agromineiras no mercado mundial, ocorreu uma alteração na curva das exportações brasileiras, com a queda da participação de produtos manufaturados e uma acentuada elevação nas exportações primárias, revertendo uma tendência em curso desde a década de 1960.²⁶ É possível observar na Figura 1 a alteração na curva das exportações brasileiras nas primeiras décadas do século XXI, com os produtos básicos assumindo o protagonismo das exportações, em detrimento dos produtos semi-manufaturados e manufaturados.²⁷

Figura 1 - Exportação brasileira por fator agregado 2000-2018 – Participação percentual sobre o total



Fonte: BRASIL. Ministério da Economia. Balança comercial brasileira: acumulado do ano. Brasília: Ministério da Economia. 2019

²⁵ GONÇALVES, op. cit.

²⁶ DELGADO, Guilherme, Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012), Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2012.

²⁷ BRASIL. Ministério da Economia, Balança comercial brasileira: acumulado do ano, Brasília, 2019. Disponível em <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>. Acesso em 28 de agosto 2019.

Quando é realizada a referência ao novo padrão de reprodução do capital, como tendo como marca fundamental o caráter primário-exportador, o que se está querendo afirmar? Com esta categorização objetiva-se indicar que os principais mercados para a reprodução do capital, os setores mais dinâmicos, estão fora dos países de origem da produção primária. É a inserção na circulação mundial o fator crucial para a viabilidade do novo padrão de reprodução. Em relação ao conjunto dos países da América Latina, dados da Cepal demonstram que entre a década de 1980, no início da crise do padrão industrial, e o ano de 2008, o valor das exportações totais na continente passou de cerca de US\$ 76 bilhões para quase US\$ 1 trilhão, sendo as exportações primárias a fatia que mais cresce (Osório, 2012). No Brasil, nos últimos 20 anos, o peso da produção primária acentuou-se a cada ano na composição do Produto Interno Bruto (PIB), observada a série histórica de 1996 a 2017.²⁸ O setor primário correspondeu a 24,6%, em média, do conjunto do produto interno do país. E conforme observado no Gráfico 1, os produtos básicos correspondem, desde 2009, como principal produto na pauta das exportações do país.

Ao passo em que o Brasil e a América Latina acumularam crescimento positivo das exportações, as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora se deterioraram. A categoria padrão de reprodução de capital, ao fornecer base histórica de análise, como ressaltado no item anterior, auxilia na explicação desse fenômeno para além dos dados conjunturais, se articulando com o caráter exportador de especialização produtiva.

O novo padrão de reprodução do capital de especialização produtiva, como proposto por Jaime Osório e defendido neste trabalho, auxilia na compreensão de uma tendência que ressalta as características de reprimarização e de regressão industrial do conjunto da estrutura produtiva brasileira. Contudo, é importante destacar que estes processos não representam uma reversão a padrões historicamente constituídos na experiência concreta do país, como se a formação econômico-social brasileira estivesse aprisionada em condições de reprodução que apenas se repetem no tempo. O desenvolvimento capitalista, sempre compreendido como aumento da complexidade das relações de produção e de reprodução do capital, supõe novos elementos em sua ação a partir do momento em que se agrega à totalidade novas formas de existir. Como na imagem proposta por Ruy Mauro Marini – ao indicar que à industrialização da América Latina correspondeu uma nova divisão internacional do trabalho – o desenvolvimento capitalista, acrescenta um “novo anel na espiral” em cada uma de suas etapas.²⁹ O comportamento do capitalismo contemporâneo, em sua etapa neoliberal, deve ser entendido a partir da necessidade do capital de se expandir para deter a tendência da queda da taxa de lucro. Assim, adentra-se em uma nova fase com novas formas do processo de concentração de capitais.

28 CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA), Piracicaba, Esalq/USP, 2019. Disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx> Acesso em 09 de setembro 2019.

29 MARINI, Ruy Mauro, *Dialética da dependência* (1973), em: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs), Ruy Mauro Marini – Vida e obra, São Paulo, Expressão Popular, p.131-172, 2011.

Derivado desta conclusão, e seguindo as elaborações de Marisa Amaral sobre a configuração atual do imperialismo e da dependência, é possível afirmar que nos países dependentes da América Latina configura-se em uma “nova forma histórica da dependência”.³⁰ Portanto, entre o histórico padrão de reprodução do capital (agro-mineiro exportador, do século XIX e início do XX) e o novo padrão de especialização produtiva primário-exportador do século XXI é possível perceber semelhanças que se concentram na forma (peso das exportações primárias), mas que devem ser apreendidas observando-se as particularidades do capitalismo em sua forma dominante contemporânea. Ou seja, entender o capitalismo das formações econômico-sociais dos países dependentes ressaltando o papel dos processos de financeirização e de expansão dos capitais fictícios no reforço, em novas bases, da dependência.³¹

Com isso, pretende-se demonstrar que o novo padrão de reprodução do capital auxilia na compreensão da reconfiguração do capitalismo no Brasil na passagem do século XX para o século XXI, agora assentado na retomada da predominância do caráter primário-exportador. Contudo, é preciso demarcar que essa predominância não se dá como nos séculos passados. Na atualidade, destaca-se a profunda imbricação do setor primário com as formas financeirizadas do capital, conforme as formas de reprodução do capital na fase neoliberal do capitalismo. Este é um contexto que gera uma complexificação na identificação das frações de classe que dominam o processo produtivo e exercem o poder político. Cabe apreender o movimento das transformações na acumulação e os reflexos na configuração das disputas entre as classes e dentro da própria classe dominante, tarefas para além do espaço e objetivos deste artigo, mas que ficam como apontamentos para pesquisas futuras.

Conclusão:

O que se buscou apresentar neste artigo é a importância da determinação das formas contemporâneas de realização da acumulação capitalista. Tanto em uma dimensão mais geral, das formas de produção e reprodução de capital no sistema mundial, em sua totalidade, quanto das formas particulares de expressão no Brasil, bem como nos países da América Latina e do Caribe. Conforme exposto, o neoliberalismo, forma de reprodução do capital na atual fase do imperialismo, influi diretamente na conformação de um padrão de reprodução de capital específico para os países de capitalismo dependente, como o Brasil. Aqui, a forma atual de configuração do capitalismo neoliberal se expressa no avanço cada vez mais expressivo de um caráter primário-exportador, com a expansão da produção e exportação de produtos primários negociados no mercado internacional. Os efeitos desse

³⁰ AMARAL, Marisa Silva, Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. São Paulo, USP, 2012 (Tese de Doutorado em Economia da USP).

³¹ “O peso do capital financeiro especulativo e sua “volatilidade” deve ser um elemento a ser considerado nas atuais condições de reprodução do capital, porque introduz um elemento relativamente novo mas de enorme significação em tal processo, considerado tanto em termos “locais” como do sistema mundial.” (OSÓRIO, op. cit., p. 49)

novo padrão exportador de especialização produtiva tem por consequência as seguintes características: a retomada de produções seletivas (especialmente a de bens primários e/ou secundários); o processo de realocação de segmentos produtivos; a adoção de novas formas de organização da produção; aumento da flexibilidade do trabalho e intensificação da precarização; estruturação de economias voltadas para a exportação; reduções e segmentações acentuadas no mercado interno; acirramento dos antagonismos sociais; aumento da exploração e da superexploração da força de trabalho; e a deterioração das condições de vida dos trabalhadores.

Um esforço futuro de pesquisa deve estar concentrado em compreender como o novo padrão de reprodução de capital pode influir nas lutas de classes, bem como nas disputas pela hegemonia no bloco de poder. É de supor que as frações ligadas ao novo padrão de reprodução de capital assumem protagonismo tanto do bloco de poder quanto do conjunto da burguesia no Brasil, nas primeiras décadas do século XXI, assim como se acentuam as formas de expropriação e deterioração das condições de vida da classe trabalhadora no país.